

# Prioridade será para pré-escolar

A educação pré-escolar receberá maior atenção uma vez que, está comprovado, segundo estudos desenvolvidos pela Secretaria de Educação que é responsável pelo rendimento da criança em toda a sua vida escolar. A primeira mudança, conforme o secretário Fábio Bruno, teria que ser na Constituição, que prevê o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos. Mas enquanto isto não acontece, a Secretaria vai investir nas crianças de 4 a 6 anos na medida em que responder às necessidades de matrículas na faixa obrigatória e também com a construção de mais salas de aula e a eliminação do terceiro turno.

— Hoje o pré-escolar é atendido através de jardins de infância no Plano Piloto, mas a maioria do ensino funciona no chamado turno da fome, o que, constatatadamente, prejudica o rendimento pedagógico, tanto por parte da criança como do professor. Nosso objetivo é introduzir o pré-escolar no Plano e também nas cidades-satélites, porque consideramos que a educação tem que ser uma alternativa para qualquer família, seja de classe média ou de renda mais baixa — salientou.

Adequar a educação pré-escolar à realidade urbana e ou rural, utilizando atividades e materiais pedagógicos apropriados; buscar integração com instituições comunitárias sem fins lucrativos para atender às crianças na faixa do pré-escolar, garantir a permanência de professores especializados em classes de pré-escolar, e utilizar os espaços físicos disponíveis nas escolas para o atendimento do ensino, são as estratégias a serem adotadas de imediato pela Fundação Educacional.

No ensino de alfabetização a novidade é a instituição do ciclo básico, onde a criança fica por dois anos, até estar pronta para a 1ª série, eliminando assim o fantasma da reprovação. O ciclo de alfabetização foi projetado

em 1985 e implantado em algumas escolas no ano passado, mas os resultados ainda não são satisfatórios, porque ainda há muita dificuldade de assimilação do projeto por parte dos educadores, que cultuam toda uma mentalidade de processos educacionais antigos. Mas o Plano Quadrienal prevê uma reavaliação e treinamento das alfabetizadoras, a começar pelo destacamento dos professores recém-contratados para ocupar as turmas de alfabetização, porque são pessoas sem vícios.

A iniciativa vale também para o ensino de 1ª a 4ª séries, onde o índice de evasão é bastante elevado. As propostas são a de adequar a metodologia do ensino à realidade da área e resgatar as atividades de dinamização como integradoras dos demais componentes curriculares.

O problema da evasão de 5ª a 8ª séries está combatido com o resgate da tipologia das escolas. As Escolas-Classe só terão turmas até a 4ª série; os Centros de Ensino, de 5ª a 8ª séries; e os Centros Educacionais com o 2º grau. O professor Fábio Bruno admitiu que o sistema educacional tem uma parcela de culpa no problema da evasão e da deficiência do ensino, mas que o principal é a mistura na tipologia pedagógica das escolas.

— Se torna difícil administrar uma escola que tem uma grande maioria de turmas com uma professora só e outras poucas com sete professores, que são as de 5ª e 6ª séries. Mas os pais também são culpados, porque eles se acomodam em ter uma Escola-Classe próxima a suas casas e não querem ter trabalho de levar o filho para estudar em um Centro de Ensino. Esta atitude acaba forçando a iniciação de turmas de 5ª e 6ª séries nas Escolas-Classe. No entanto, aos poucos vamos resgatar os reais papéis de cada escola", explicou o Secretário da Educação.

Em relação ao 2º grau, a Secretaria de Educação está im-

plantando a Lei 7.044, que possibilita, além do ensino profissionalizante, a preparação dos alunos para o 3º grau, com a introdução de disciplinas como Química, Física e Biologia também no 2º e 3º anos. O Plano Quadrienal prevê ainda a expansão de Centros Interescolares em especial nos campos artístico, desportivo, lingüístico e profissionalizante e o oferecimento de cursos técnicos de acordo com a realidade do mercado de trabalho.

## ENSINO ESPECIAL

No tocante ao ensino noturno para alunos de 1ª e 2ª graus, o Plano propõe a elaboração de proposta para a unificação do ensino regular noturno com o ensino supletivo; a redefinição dos currículos do ensino único noturno, de forma a possibilitar 21 aulas semanais com duração de 45 minutos cada; manter a realização de exames supletivos buscando aperfeiçoar a sistemática de operacionalização dos mesmos; manter e ampliar convênios com instituições comunitárias sem fins lucrativos que ofereçam cursos de qualificação profissional, principalmente nas cidades-satélites; e concentrar o ensino supletivo em Centros de Ensino e Centros Educacionais, retirando-os das Escolas-Classe e das Escolas Normais, até que sejam criados os Centros de Estudos Supletivos.

A médio prazo, o Plano prevê a aglutinação das classes de Ensino Especial em um menor número de unidades escolares; o desenvolvimento de trabalhos integrados com as Secretarias de Saúde e de Serviços Sociais e com instituições comunitárias sem fins lucrativos para atendimento às crianças com deficiências múltiplas; desenvolver junto às famílias, atividades estimulativas às crianças deficientes; introduzir os alunos já treinados no mercado de trabalho; e aumentar o número de vagas no Centro Interescolar de Ensino Especial e no Centro de Ensino Especial de Brasília.